



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata Nº 05/2017

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezassete, pelas dez horas, reuniu, na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (CGeral), com a seguinte ordem de trabalhos:

Assuntos de iniciativa do Conselho Geral

1. Informações;
2. Aprovação da ata número 4/2017, referente à reunião do dia 05/06/2017;
3. Processo eleitoral para o cargo de Reitor da UMinho
 - revisão do regulamento eleitoral;
 - constituição da comissão eleitoral;
 - aprovação do edital e do calendário eleitoral;
4. Revisão do regimento e da estrutura interna do Conselho Geral;
5. Revisão do regulamento eleitoral para o Conselho Geral;
6. Delegação de competências no Presidente do CGeral nos termos do nº 7 do artigo 29.º dos Estatutos da UMinho;
7. Outros assuntos.

Assuntos de iniciativa do Reitor

1. Informações;
2. Proposta de fixação do valor das propinas de cursos de 1º ciclo e de mestrado integrado para o ano letivo 2017/2018;
3. Proposta de fixação do valor das propinas para o 2º e 3º ciclos de estudos para 2017/2018;
4. Proposta de fixação do valor das propinas do estudante internacional para o ano letivo 2017/2018;
5. Relatório de atividades e contas da UMinho 2016;
6. Relatório de atividades e contas dos SASUM 2016;
7. Outros assuntos.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Eugénio Ferreira, Francisco Veiga, Isabel Soares, João Cerqueira, Luís Amaral, Maria José Casa Nova, Óscar Gonçalves, Patrícia Vink, Rui Vieira de Castro, Sandra Paiva, Bruno Gonçalves, Bruno Alcaide, Inês Silva, Nuno Reis, Victor Soares, José Teixeira, Manuel Carvalho da Silva, Maria da Graça Coelho, Paula Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor António M. Cunha. Justificou a ausência a Conselheira Maria Helena Guimarães. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (**anexo I**).

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, foi investido pelo Presidente do CGeral como Membro Externo o Professor Doutor Ramón Villares Paz.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Assuntos de iniciativa do CGeral

1. e 2. – Informações e Aprovação da ata número 4/2017

O Presidente iniciou a sessão transmitindo algumas informações de carácter geral, passando posteriormente ao ponto 2. da agenda – aprovação da ata número 04/2017, referente à reunião do dia 05/06/2017. Informou que nela tinham sido incorporados os contributos recebidos e colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

3. Processo eleitoral para o cargo de Reitor da UMinho

O Conselheiro Rui Vieira de Castro solicitou autorização para se ausentar da reunião antes de se dar início a este ponto, dado que irá apresentar a candidatura ao cargo.

De seguida o Presidente referiu-se à necessidade de se proceder à constituição da Comissão Eleitoral e solicitou a indicação de elementos para a mesma, sugerindo que esta fosse representativa dos diferentes corpos do Conselho. Assim, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Eleitoral, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte composição da Comissão Eleitoral para o cargo de Reitor da UMinho: Presidente - Conselheiro Luís Valente de Oliveira; Vogais - Conselheiros Bruno Alcaide, Luís Amaral, Óscar Gonçalves e Victor Soares.

Posteriormente, o Presidente introduziu a análise dos documentos distribuídos a todos os membros aquando do envio da convocatória, relativos à revisão do Regulamento Eleitoral, ao Edital de Abertura de Candidaturas e ao Calendário para a eleição.

Foi dada a palavra ao Conselheiro Luís Amaral que especificou as alterações realizadas no Regulamento, as quais se prendem, essencialmente, com a sua adequação aos atuais Estatuto da UMinho e ao diploma que institui o Regime Fundacional.

O Conselheiro Óscar Gonçalves apresentou duas sugestões a introduzir no texto do Regulamento. Uma primeira para que fosse feita uma referência à eleição para o cargo de Reitor ou Reitora, realçando assim a importância do género. Apresentou como exemplo a redação do preâmbulo do regulamento onde deveria ser explícita a referência a "... eleição para Reitor ou Reitora da Universidade do Minho, ...".

A segunda sugestão dizia respeito à redação da alínea c) do artigo 6.º, entendendo que nela deverá ser acrescentada a obrigatoriedade de os candidatos apresentarem a composição da equipa reitoral que os acompanhará na concretização do programa de ação.

Estas sugestões foram secundadas pela Conselheira Maria José Casa-Nova.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Vários membros manifestaram a concordância com a questão do género, mas, no que respeita à obrigatoriedade de apresentação da equipa reitoral, o Presidente entendeu que, por similitude com as eleições nacionais legislativas, a informação relativa à equipa reitoral não deverá ter carácter obrigatório. Assim, o Conselheiro Óscar Gonçalves colocou à consideração do Conselho que a alínea c) do artigo 6.º do Regulamento passasse a ter a seguinte redação: "*c) Programa de ação que se propõe cumprir, redigido em língua portuguesa, com a eventual indicação da composição da equipa reitoral.*", a qual foi acolhida por todos os presentes.

Foram registadas as alterações sugeridas pelos vários membros e consolidado o documento final, tendo sido aprovada, por unanimidade, a nova redação do Regulamento Eleitoral para o cargo de Reitor da UMinho.

O Edital de abertura das candidaturas foi aprovado, por unanimidade, e determinada a conformação do nº 6 do mesmo ao novo Regulamento Eleitoral.

No que respeita ao Calendário Eleitoral, e face à agenda do Presidente, foi apresentada uma proposta de alteração no que respeita à data da eleição.

Após algum debate, foi aprovada, por unanimidade, a alteração ao Calendário Eleitoral que determina a audição dos candidatos no dia 23 de outubro de 2017, às 10h00, no Largo do Paço, e a eleição no dia seguinte, dia 24 de outubro, às 10h00, no mesmo local.

O Conselho estabeleceu que a audição de cada candidato terá a duração máxima 120 minutos, 30 dos quais serão destinados à apresentação a realizar pelo candidato e os restantes 90 para um período de questões dos Membros do CGeral.

Terminada a apreciação do ponto 3. da agenda dos trabalhos, regressou à reunião o Conselheiro Rui Vieira de Castro.

4. Revisão do regimento e da estrutura interna do Conselho Geral

O Presidente introduziu de seguida a revisão do Regimento do Conselho Geral, tendo sido distribuído a cada Membro um documento no qual constava a proposta de alteração subscrita por vários membros. Conferiu a palavra ao Conselheiro Rui Vieira de Castro, na qualidade porta-voz dos proponentes, o qual evidenciou tratarem-se de alterações pontuais, as quais têm como principais objetivos o alargamento dos instrumentos disponíveis para o CGeral para apoio às suas decisões, a valorização do papel do Vice-Presidente, a clarificação da natureza das comissões do Conselho e a melhoria da comunicação com a Academia.

Assinalou também o facto de o atual Regimento se referir a comissões restritas ou eventuais, e entendeu que as comissões deveriam ter um carácter permanente ou eventual. Considerou as comissões permanentes de grande importância dado que velarão pelo funcionamento do órgão, enquanto que as comissões eventuais terão uma duração e fins limitados, alicerçando apenas a tomada de decisões. Neste âmbito de atuação, defendeu a existência de apenas duas comissões permanentes – a Comissão de Governação, Assuntos



Universidade do Minho
Conselho Geral

Institucionais e Assuntos Financeiros e a Comissão de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade. Referiu ainda a possibilidade de criação de uma Comissão para a Internacionalização.

O Presidente resumiu a proposta, referindo-se à introdução de alterações pontuais e outras formais e substantivas, como é o caso das comissões, e colocou à consideração dos presentes a designação de uma comissão para análise das propostas apresentadas e consolidação do documento final.

O Conselheiro Óscar Gonçalves manifestou a sua concordância com a designação de uma comissão, com vista a analisar cuidadosamente as alterações propostas, dado que algumas delas se revestem de importância significativa para o funcionamento do Conselho. Disse ainda ser o seu entendimento de que questões como as incompatibilidades e os conflitos de interesse devem estar traduzidas no Regimento.

O Conselho deliberou assim a constituição de uma comissão eventual para rever a estrutura interna do CGeral e a conformação do seu Regimento, a qual terá a seguinte composição: o Conselheiro Luís Amaral, que a coordenará, e os Conselheiros João Cerqueira, Nuno Reis, Óscar Gonçalves e Victor Soares.

O Conselho deliberou ainda que os resultados do trabalho desta comissão deverão ser apresentados e discutidos na primeira reunião do Plenário após o processo eleitoral para o cargo de Reitor.

5. Revisão do Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral

O Presidente informou os Conselheiros de que este ponto da agenda não tinha nenhum documento de suporte e solicitou ao Conselheiro Luís Amaral para explicar os fundamentos que conduziram à apresentação deste assunto ao Conselho. O Conselheiro referiu-se ao desajustamento do regulamento vigente ao ato eleitoral levado a cabo através do voto eletrónico e sugeriu a realização de uma reflexão profunda do documento, tendo em consideração o relatório apresentado pela Comissão Eleitoral que conduziu a última eleição para o CGeral, realizada em 21 de março do corrente ano.

Por se tratar de uma matéria que carece de uma análise profunda, e dado o carácter não urgente da mesma, o Conselho deliberou designar uma comissão eventual, constituída pelos Conselheiros Bruno Alcaide, Eugénio Ferreira e Luís Amaral, que procederão à revisão do Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral e apresentarão, de aqui a seis meses, o documento resultante dos trabalhos da mesma.

6. Delegação de competências no Presidente do CGeral nos termos do nº 7 do artigo 29.º dos Estatutos da UMinho

O Presidente e o Reitor informaram que esta delegação de competências tem como objetivos principais salvaguardar as competências do CGeral e garantir a não existência de entropia na gestão quotidiana da Universidade, relativamente à constituição ou participação na constituição de pessoas coletivas que não sejam suscetíveis de criar dúvidas, pela sua natureza e pelos montantes envolvidos.



Universidade do Minho
Conselho Geral

O Presidente procedeu à leitura dos artigos 10.º, 11.º e alínea h) do n.º 2 do artigo 29.º e colocou à votação a delegação de competências, a qual foi aprovada por maioria.

Assuntos de iniciativa do Reitor

1. Informações

O Reitor fez um breve resumo das informações constantes no documento disponibilizado aos membros do Conselho, tendo destacado, ao nível das atividades institucionais, as seguintes: o término da reabilitação dos espaços da Escola de Ciências (EC); o Programa Os Melhores Alunos na Universidade; a atribuição de Bolsas de Excelência; o Projeto de Tutorias e Mentorias UMinho; a apresentação do Centro de Inovação e Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem da UMinho (IDEA-UMinho); a reunião do Research Policy Working Group da European University Association; a realização do Fórum de Ética UMinho; a atribuição de vários prémios científicos e a implementação do novo sistema de renovação das bolsas de Ação social.

O Conselheiro Rui Vieira de Castro solicitou esclarecimentos ao Reitor sobre os impactos financeiros da intervenção na EC, bem como das novas instalações do Arquivo Distrital de Braga (ADB). Questionou ainda se os estudantes premiados com bolsas de excelência provêm ou não de estratos sociais mais desfavorecidos.

Os Conselheiros Bruno Alcaide e Bruno Gonçalves pediram indicações sobre qual a solução prevista para as instalações onde é ministrada a Licenciatura em Geografia e Planeamento, atualmente a funcionar em pavilhões pré-fabricados e com condições diminutas.

Em resposta às questões colocadas, o Reitor informou os presentes de que o investimento realizado nas novas instalações do ADB foi de 4 milhões de euros. Referiu que o ADB é o segundo arquivo mais importante do país, possui uma capacidade para até 22 km de documentos armazenados, está equipado com onze bunkers e com sofisticados sistemas de combate a incêndios. Recordou que a mudança das instalações está inserida no programa de requalificação do Largo do Paço.

Relativamente à intervenção na EC, transmitiu que a situação está totalmente normalizada e que o custo da mesma foi de 2 milhões de euros, custo esse suportado por verbas próprias da Universidade.

No que respeita às instalações onde funciona a Licenciatura em Geografia e Planeamento, informou que a situação está a ser devidamente acompanhada e que a libertação de alguns espaços nos edifícios do Campus de Azurém permitirá uma reorganização de modo a transferir o funcionamento do curso para melhores instalações, prevendo-se que tal aconteça no horizonte temporal de seis a nove meses.

Sobre a atribuição das bolsas de excelência, deu a conhecer que, das 200 bolsas conferidas, mais de dois terços são estudantes do sexo feminino e que o número de estudantes que simultaneamente recebem esta



Universidade do Minho
Conselho Geral

bolsa e são beneficiários da bolsa de ação social é de 34%, o que é uma percentagem muito significativa, pois equivale a cerca de um terço dos estudantes contemplados. Salientou ainda o facto de alguns destes estudantes receberem todos os anos a bolsa de excelência.

A Conselheira Maria José Casa Nova louvou a iniciativa de trazer os melhores alunos do Ensino Secundário à Universidade, mas mostrou uma grande preocupação com o facto de muitos dos alunos que frequentam o 9º ano de escolaridade em escolas públicas não terem conhecimento do que é uma Universidade nem qual a missão da mesma. No seu entender, a UMinho não deveria promover esta iniciativa apenas aos melhores, dado que estes são, na sua maioria, alunos de estabelecimentos de ensino privados, mas alargá-la a um maior leque de alunos do Ensino Secundário, público e privado, de modo a potenciar a frequência da Universidade por alunos de estratos sociais mais desfavorecidos.

O Reitor expôs de seguida as informações ao nível do Enquadramento do Ensino Superior, referindo-se à eleição do novo presidente do consórcio UNorte - Prof. António Fontainhas (UTAD); à reunião do Conselho Coordenador do Ensino Superior; à Avaliação da OCDE e ao relatório de execução orçamental das universidades portuguesas. Relativamente a este último ponto, informou que as universidades deixaram de estar sujeitas a cativações orçamentais, mas que, em caso de alguma delas apresentar défice, todas as outras terão que contribuir para o suportar. Referiu ainda existência de um grupo de monitorização, o qual realiza o acompanhamento trimestral das instituições sendo que, nos casos de fator de risco, esse acompanhamento é efetuado mensalmente.

No que respeita ao emprego científico, informou que a Assembleia da República aprovou recentemente alterações ao Decreto Lei-57/2016, aumentando as responsabilidades da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no financiamento da operação e permitindo que as instituições possam abrir os concursos previstos nas categorias de investigador ou professor auxiliar, aguardando-se a promulgação do novo diploma nos próximos dias.

O Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Reitor e abriu o debate.

O Conselheiro Eugénio Ferreira interpelou o Reitor sobre o número de contratos de investigadores a realizar por verbas próprias. O Reitor informou que a lista será atualizada à luz de um novo diploma, prevendo-se que o número de investigadores abrangidos seja cerca de 100.

O Conselheiro Rui Vieira de Castro questionou se a metodologia adotada para a avaliação da OCDE envolve a audição das várias instituições e se a mesma terá o mesmo impacto significativo na configuração do Sistema de Ensino Superior Português, como aquela que foi realizada há 12 anos atrás.



Universidade do Minho
Conselho Geral

O Reitor afirmou que a questão mais relevante desta avaliação se prende com a binariedade do sistema – Ensino Universitário versus Ensino Politécnico - de modo a definir quais os cursos a ministrar em cada um deles. No que respeita ao impacto desta avaliação, referiu que, de acordo com o atual modelo, em 2028 as Universidades terão perdido um terço dos seus estudantes, revelando-se urgente proceder à revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Referiu ainda que todas as instituições foram ouvidas no âmbito desta avaliação.

O Conselheiro José Teixeira questionou o facto de as ciências da construção terem sido excluídas do Programa de Estratégia Regional de Especialização Inteligente, uma vez que a indústria da construção civil tem vindo a contribuir significativamente para o aumento do PIB. O Reitor afirmou que há já uma grande sensibilidade para estas matérias e está agendada uma revisão de modo a nele serem incluídas estas ciências.

Às 13h30 foram interrompidos os trabalhos para intervalo de almoço, os quais foram retomados às 15h00, mantendo-se apenas a ausência da Conselheira Maria Helena Guimarães.

2. Proposta de fixação do valor das propinas de cursos de 1º ciclo e de mestrado integrado para o ano letivo 2017/2018

O Presidente deu início ao ponto da agenda relativo à fixação do valor das propinas para o ano letivo 2017/2018 para os cursos de cursos de 1º ciclo e de mestrado integrado, cuja proposta avançada pelo Reitor foi a da manutenção do valor praticado nos últimos três anos (1.037,20 €), podendo este, no entanto, sofrer uma correção anual dependente do valor da inflação. Foi também referido o facto de o Parlamento não ter permitido o aumento desta propina até ao valor máximo de 1.067,47 €.

O Conselheiro Bruno Gonçalves considerou que, muito embora se preveja a manutenção do valor da propina, este é muito elevado e traz muitos constrangimentos aos orçamentos familiares dos Estudantes. Referiu a importância em explorar as oportunidades que o regime fundacional confere à Universidade, no que respeita a uma maior eficácia na gestão dos recursos, permitindo assim a diminuição dos encargos das propinas.

O Conselheiro Bruno Alcaide contextualizou o aparecimento das propinas e a diferença dos valores praticados em diferentes países europeus. Considerou que o valor proposto é demasiado elevado o que obriga a um maior esforço das famílias em detrimento do esforço do Estado e entendeu que no futuro se deveria caminhar para a gratuidade do Ensino Superior.

Após um breve debate, foi colocada à votação a proposta apresentada para o valor das propinas dos cursos de 1º ciclo e de mestrado integrado, tendo a mesma sido aprovada por maioria.



Universidade do Minho
Conselho Geral

3. Proposta de fixação do valor das propinas para o 2º e 3º ciclos de estudos para 2017/2018

O Reitor contextualizou a proposta de manutenção dos valores das propinas para os cursos do 2º e 3º ciclos de estudos para o próximo ano letivo, seguindo-se um pequeno debate sobre a matéria.

O Conselheiro Bruno Alcaide afirmou que, à semelhança dos anos anteriores, se verifica uma desigualdade em relação aos cursos do 1º ciclo e que fica por resolver a questão dos cursos do 2º ciclo com menos de 120 ECTS, dado que estes Estudantes pagam o mesmo valor de propinas e têm menos tempo para a conclusão do seu ciclo de estudos.

O Conselheiro Bruno Gonçalves secundou a intervenção do Conselheiro Bruno Alcaide e defendeu a uniformização dos valores das diferentes propinas.

O Conselheiro Óscar Gonçalves referiu que as propinas do 3º ciclo de estudos são muito elevadas, se comparadas com as praticadas em instituições espanholas congéneres, e que, face à redução do número de bolsas atribuídas pela FCT, poderá estar seriamente comprometido o número de doutorandos inscritos na UMinho. Apelou à necessidade de encorajar as Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI) com maior dificuldade de captação destes alunos, a criarem mecanismos que lhes permitam isentar parcialmente os alunos do pagamento das propinas. Esta prática já vai sendo realizada por algumas UOEI, mas deveria ser mais potenciada.

A Conselheira Maria José Casa Nova chamou a atenção para o facto de existirem situações ao nível dos Mestrados nas quais, quando se verificam atrasos na entrega das teses, é obrigatório o pagamento na íntegra do valor equivalente a um trimestre de propinas, o que se revela altamente penalizador para os Estudantes. Defendeu que o período de pagamento obrigatório deveria ser diminuído para um mês.

Colocada à votação a proposta de fixação do valor das propinas para o 2º e 3º ciclos de estudos, a mesma foi aprovada por maioria.

4. Proposta de fixação do valor das propinas do estudante internacional para o ano letivo 2017/2018

A proposta apresentada pelo Reitor foi no sentido da manutenção do valor das propinas praticado no ano letivo de 2016/2017.

O Conselheiro Óscar Gonçalves chamou a atenção para o facto de não existir grande seletividade nesta via de admissão de estudantes, pelo que poderão ser admitidos alunos com menos qualidade que, por via económica, têm acesso às Universidades portuguesas. Entendeu que deverá existir um acompanhamento destes alunos de modo a avaliar a sua progressão nos estudos.

A proposta de fixação do valor das propinas do estudante internacional para o ano letivo 2017/2018 foi colocada à votação dos presentes e aprovada por maioria.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Os Conselheiros Bruno Alcaide, Inês Silva e Nuno Reis entregaram uma declaração de voto referente à fixação das propinas para o ano letivo de 2017/2018, a qual se encontra anexa à presente ata e dela faz parte integrante (**anexo II**).

5. Relatório de Atividades e Contas da UMinho 2016

Antes de iniciar este ponto, o Presidente convidou o Sr. Administrador da UMinho a assistir à reunião para prestar eventuais esclarecimentos sobre o Relatório de Atividades e Contas da UMinho 2016, passando de seguida a palavra ao Reitor que procedeu a uma apresentação sumária do Relatório de Atividades.

Ao nível do Ensino, o Reitor destacou a evolução do número de alunos e diplomados nos diferentes ciclos de estudos, bem como a diversidade dos novos cursos acreditados pela A3ES.

Ao nível da Investigação, evidenciou a captação de projetos com financiamento europeu, o reconhecimento da produção científica e os prémios nacionais e internacionais atribuídos aos investigadores da UMinho. Considerou relevante o envolvimento da UMinho em projetos de valorização do conhecimento em interação com a sociedade e elencou a oferta cultural, bem como as atividades desportivas desenvolvidas ao longo do ano de 2016.

Finda a apresentação do Reitor, o Presidente solicitou ao Conselheiro Francisco Veiga, coordenador da Comissão Especializada de Planeamento e Assuntos Financeiros (Comissão), para proceder à apresentação do memorando por ela elaborado, no que respeita à apreciação do Relatório de Atividades da UMinho 2016. Este memorando encontra-se em anexo à presente ata (**anexo III**).

O Professor Francisco Veiga começou por agradecer a todos os membros da Comissão os diferentes contributos para a elaboração do memorando e realçou a boa prestação da Universidade no ano de 2016 em todas as suas áreas de atuação. Contudo, a Comissão entendeu que o relatório se reveste de um cariz descritivo e pouco analítico e gostaria que o mesmo evidenciasse o grau de concretização dessas atividades em relação ao Plano Estratégico 2013-2020, no sentido de se analisarem eventuais desvios. Foi também considerado pertinente que o relatório possibilitasse a comparação dos objetivos traçados para UMinho em articulação com os planos estratégicos definidos para as diferentes Unidades da Universidade (UOEI e Unidades Culturais).

O Conselheiro Óscar Gonçalves afirmou ter uma imagem muito positiva das atividades levadas a cabo pela Universidade ao longo do ano de 2016, mas considerou que o relatório fica muito aquém dado que, embora descritivo, não é reflexivo nem analítico. Sublinhou a importância de se conhecer o nível de concretização das atividades relativamente ao plano estratégico definido e referiu-se à necessidade de uma revisão final do texto do relatório antes da sua publicação.



Universidade do Minho
Conselho Geral

O Vice-Presidente realçou o memorando da Comissão e referiu-se à necessidade de o relatório ter uma componente mais analítica, de modo a dar a conhecer as estratégias levadas a cabo pela instituição na prossecução da sua missão. Mostrou preocupação com os défices de formação dos docentes e entendeu que as referências à interação com a sociedade dão grande enfoque às empresas, quando deveriam ser referências mais abrangentes.

O Conselheiro Rui Vieira de Castro sublinhou a evolução dos relatórios ao longo dos últimos anos e entendeu que as atividades desenvolvidas são relevantes, tendo destacado o incremento da atividade científica no ano de 2016, o trabalho realizado no reforço das condições para os estudantes e o facto de a UMinho ter sido pioneira na relação com os antigos alunos e na política de *fundraising*.

Apresentou alguns aspetos que considera serem fonte de reflexão futura, nomeadamente, o melhoramento da qualidade de vida nos *campi*, a captação de verbas para a investigação em áreas como as Ciências Sociais e Humanas e uma atenção especial para a taxa de conclusão de doutoramentos, a qual considera muito pequena em relação ao número significativo de estudantes inscritos.

O Conselheiro Victor Soares sublinhou a relevância das atividades desenvolvidas e chamou a atenção para o facto de a oferta formativa do pessoal não docente e não investigador não acompanhar as necessidades dos diferentes trabalhadores. Muito embora seja feito anualmente um diagnóstico para aferir as áreas de formação necessárias, tem-se assistido ao longo de vários anos a uma repetição de ações. Considerou de importância vital a dinamização da mobilidade de funcionários não docentes entre instituições europeias de ensino superior (Programa Erasmus - Mobilidade Não Docente), como forma de aquisição de conhecimento a partir de boas práticas no estrangeiro e de desenvolvimento da cooperação interinstitucional.

Questionou o Reitor no sentido de saber, com exatidão, qual o número de trabalhadores da UMinho que se encontram em situação precária e se já estão em curso os concursos para a sua regularização. Ainda no âmbito da regularização de situações precárias, solicitou esclarecimentos sobre o facto de o Administrador dos SASUM ter informado os seus colaboradores da tramitação processual para a inscrição na plataforma do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e o Administrador da UMinho não ter realizado qualquer divulgação sobre o processo.

O Presidente deu a palavra ao Reitor para resposta às questões colocadas.

No que respeita às observações feitas pelos vários Membros à estrutura e conteúdo do Relatório de Atividades, afirmou que este tem um objetivo fático, sendo necessária a elaboração de relatórios complementares com carácter mais analítico. Referiu como exemplos de relatórios complementares o do Concurso Nacional de Acesso e o da Sustentabilidade.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Prestou de seguida vários esclarecimentos sobre o processo de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e informou que a UMinho tem 117 nessa situação, encontrando-se já em curso vários concursos para a sua regularização.

Às 16h30m ausentou-se, justificadamente, a Conselheira Paula Silva.

Seguidamente, o Presidente conferiu a palavra ao Administrador da UMinho para a apresentação do Relatório de Contas relativo ao ano de 2016.

Na sua apresentação, o Administrador referiu os principais indicadores de gestão do ano de 2016, estabelecendo, em alguns dos casos, a comparação com os valores homólogos do ano anterior. Ao nível da execução orçamental, destacou a receita total de 117,1 M€ e referiu algumas das fontes de financiamento, nomeadamente, a receita arrecadada através de propinas e taxas, que ascendeu aos 21,7 M€; a receita proveniente da venda de bens e prestações de serviços e transferências correntes, no valor de 7,5M€, bem como a receita referente a projetos de investigação e desenvolvimento executados pela UMinho que ascendeu aos 30,8 M€.

Salientou que a execução orçamental apresentou, em 31 de dezembro de 2016, um Saldo de Gerência de 14,5 M€, o que corresponde a um aumento de 2,2 M€ em relação ao ano de 2015.

Informou que a despesa total no ano de 2016 foi de 114,9 M€, e apresentou os valores das mesmas por agrupamento económico: despesas com pessoal – 73,5 M€; despesas de funcionamento – 21,7 M€; despesas de capital ou de investimento – 3,6 M€.

Assinalou ainda os vários indicadores económico-financeiros, nomeadamente, o valor do ativo líquido que se situou nos 232,6 M€, o total do passivo que ascendeu aos 152,1 M€ e o resultado líquido do exercício em 2016 de 1,8 M€.

Finda a apresentação, o Presidente agradeceu a exposição realizada e deu a palavra ao Conselheiro Francisco Veiga, para informação do Conselho do conteúdo do memorando da Comissão sobre esta matéria.

O Professor Francisco Veiga informou que a Comissão considerou que, no cômputo geral, os resultados financeiros da Universidade no ano de 2016 foram bons, com destaque para os resultados líquidos positivos e para o aumento do saldo de gerência. Referiu em particular alguns dos indicadores financeiros constantes no relatório de prestação de contas alvo de análise pela Comissão, e sublinhou o facto de a mesma entender ser urgente a implementação da Contabilidade Analítica, dada a sua imposição legal e com vista ao melhoramento da informação interna de gestão. A Comissão mostrou-se preocupada com o facto de o financiamento público da Universidade já só corresponder a 70% e questionou a possibilidade de ser apresentado ao CGeral um orçamento global, o qual permitirá uma análise mais abrangente.



Universidade do Minho
Conselho Geral

O Conselheiro Óscar Gonçalves questionou o Reitor sobre a obrigatoriedade da existência da Contabilidade Analítica e quais as consequências da sua não implementação até ao momento.

O Reitor informou que a Universidade não tem obrigatoriedade legal de adoção de um processo de Contabilidade Analítica e chamou a atenção para a complexidade da sua implementação, face ao número elevado de pessoas autorizadas a realizar despesas.

O Presidente deu a conhecer o parecer obrigatório emitido pelos Membros Externos e colocou à votação o Relatório de Atividades e Contas da UMinho 2016, o qual foi aprovado por unanimidade.

Às 17h10m ausentou-se, justificadamente, o Conselheiro José Teixeira.

Relatório de Atividades e Contas dos SASUM 2016

O Presidente convidou o Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM) para estar presente na reunião e apresentar o Relatório de Atividades e Contas dos SASUM 2016.

O Administrador dos SASUM cumprimentou os membros do Conselho e apresentou uma síntese do Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano de 2016, contextualizando as atividades desenvolvidas ao longo do ano desse ano nas áreas dos serviços e bens alimentares.

No que respeita ao relatório de contas, informou que a receita global dos SASUM foi de 8.405.593,50 €, tendo a execução orçamental como fontes de financiamento o Orçamento do Estado – 1.961.321,00 €; as receitas próprias – 5.708.410,53€; transferências de Serviços e Fundos Autónomos - UMinho – 564.499,50 €; Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública – 60.785,80€; Resto do Mundo - Programa Operacional de Valorização e Território – 47.705,31€; Programa de Cooperação Transfronteiriça entre Espanha e Portugal – 680.97€ e Financiamento Nacional RP por conta de Fundos Europeus – 62.190,39€.

Transmitiu que as despesas ascenderam aos 8.402.292,97 € e que este valor provém dos custos com pessoal – 1.961.321 €; do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública – 60.785,80€; do Programa de Cooperação Transfronteiriça entre Espanha e Portugal – 658,42€; Resto do Mundo - Programa Operacional de Valorização e Território – 47.705,31€; despesas efetuadas com compensação em receitas próprias – 5.705.634,66€; Financiamento Nacional RP por conta de Fundos Europeus – 62.190,39€ e despesas efetuadas com as transferências da UMinho – 563.997,39€.

Finda a apresentação, o Presidente concedeu a palavra ao Professor Francisco Veiga que, na sequência do memorando da Comissão, evidenciou a qualidade dos documentos apresentados ao Conselho e salientou o facto de os SASUM estarem em 1º lugar na categoria das Grandes Empresas do Setor Público e no top10 de Grandes Empresas, do “Índice de Excelência” publicado na revista *Human Resources Portugal*, bem como as



Universidade do Minho
Conselho Geral

renovações das certificações ISO. Evidenciou também o facto destes Serviços apresentarem um relatório de autoavaliação de grande nível.

No que respeita à prestação de contas a Comissão sublinhou os resultados líquidos positivos, embora menores que os registados em 2015, a melhoria de alguns rácios financeiros e de liquidez, e a redução do prazo médio de pagamento. Evidenciou ainda o cumprimento das normas de contabilidade e de *accountability*, e o nível avançado da gestão desta entidade pública do grupo UMinho.

O Conselheiro Nuno Reis solicitou esclarecimentos sobre a inversão da tendência de consumo dos estudantes, dado que é possível verificar que no ano de 2016 a venda de senhas de refeições simples aumentou significativamente, comparativamente com a das senhas de refeições normais.

O Conselheiro Óscar Gonçalves felicitou os SASUM pelos resultados apresentados e sublinhou a importância das parcerias estabelecidas pelos mesmos com a Associação Académica, com instituições congéneres e clubes desportivos da região. Reconheceu a qualidade do serviço da Medicina do Trabalho levado a cabo pelos SASUM ao longo de vários anos e questionou o porquê de o mesmo não estar atualmente sob a sua alçada.

O Administrador dos SASUM informou que a venda das senhas de refeição normais tem vindo a descer pelo facto de os estudantes optarem por realizar refeições mais ligeiras, daí a aquisição de senhas para a refeição apenas constituída pelo prato principal, e também porque muitos deles trazem refeições confeccionadas pelos próprios ou familiares.

No que respeita ao serviço da Medicina do Trabalho, referiu que foi por decisão da Universidade que o mesmo passou a ser realizado pela Administração da UMinho, decisão essa que ficou a dever-se ao facto de nele ser tratada informação confidencial de trabalhadores, a qual deverá estar sediada na Direção de Recursos Humanos da UMinho.

Terminado o debate, o Presidente deu a conhecer o parecer emitido pelos membros externos do Conselho e colocou à votação o Relatório de Atividades e Contas dos SASUM 2016, o qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente do Conselho declarou findos os trabalhos pelas 18:15 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,

A Secretária,



Universidade do Minho
Conselho Geral

Anexo I

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária nº 05/2017

10/07/2017

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Bruno Alexandre Rocha Gonçalves	
Bruno Jorge Travassos Alcaide	
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	
Francisco José Alves Coelho Veiga	
Inês da Costa e Silva	
Isabel Maria Costa Soares	
João José Fernando Araújo Cardoso Cerqueira	
José Gonçalves Teixeira	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Luís Francisco Valente de Oliveira	
Manuel Carvalho da Silva	
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	
Maria José Manso Casa Nova	
Nuno Henrique Vieira Reis	
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves	
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	
Paula Araújo Pereira da Silva	
Ramón Villares	
Rui Manuel Costa Vieira de Castro	
Sandra Cristina Almeida Paiva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	



Conclusões da Reunião de 3 de julho de 2017

No dia 3 de julho de 2017, às 14 horas, reuniu a Comissão Especializada de Planeamento e Assuntos Financeiros (doravante designada por Comissão). Estiveram presentes os conselheiros Francisco Veiga, que presidiu, Maria José Casa Nova, Bruno Gonçalves, Nuno Reis e Vítor Soares. Justificou a ausência o Conselheiro João Cerqueira.

Faziam parte da Ordem de Trabalhos:

1. Análise do Relatório de Atividades e Contas UMinho - 2016;
2. Análise do Relatório de Atividades e Contas SASUM – 2016.

O Conselheiro Francisco Veiga, na qualidade de Coordenador da Comissão, abriu a sessão começando por agradecer a presença dos colegas.

1. Relatório de Atividades e Contas da UMinho – 2016

1.1 Relatório de Atividades

A Comissão começou por referir que o Relatório de Atividades da UMinho está globalmente bem conseguido, retratando bem as atividades levadas a cabo pela Universidade nas várias áreas de missão. Tal como em anos anteriores, a UMinho apresentou em 2016 uma boa prestação nas atividades que constituem a sua missão, nomeadamente: i) no preenchimento de vagas na 1ª fase do Concurso de Acesso ao Ensino Superior, na captação de alunos para o ensino pós-graduado, e no posicionamento em vários rankings internacionais de universidades; ii) na captação de projetos com financiamento europeu e nacional, na elevada produção científica (expressa em 1.747 artigos WoS e 2.270 Scopus em 2016), bem como na atribuição de prémios aos seus investigadores; e iii) no forte dinamismo da interação com a sociedade e valorização do conhecimento, nomeadamente através da colaboração da UMinho com a Bosch e da celebração de diversos acordos no âmbito de doutoramentos em empresas. No ano de 2016, merece, também, especial destaque a transformação da Universidade em Fundação Pública com Regime de Direito Privado.



Tal como relativamente a anos anteriores, a Comissão notou a necessidade de o Relatório passar a ser mais analítico e menos descritivo. Tal como se encontra elaborado, o documento serve sobretudo para descrever o que aconteceu na UMinho. Nos termos do Decreto-Lei 183/96, de 27 de Setembro, o Relatório de Atividades deve mostrar como os objetivos estabelecidos no Plano de Atividades e no Plano Estratégico se concretizaram ou não, quais eram os resultados esperados e que resultados foram obtidos (de atividades previstas e eventualmente de atividades não previstas). A este respeito lembraram as energias despendidas, quer pelo Conselho Geral quer pelo Senhor Reitor, a preparar o Plano Estratégico da Universidade, que não aparece espelhado ao nível do Relatório de Atividades de 2016. Tal como salientado no Memorando do ano anterior, embora seja apresentado no Anexo A1 um mapa de execução do Plano de Atividades de 2016, seria também interessante a apresentação de uma comparação da evolução verificada com as metas previstas no Plano Estratégico 2013-2020. É importante perceber em que medida as atividades desenvolvidas em 2016 ajudaram a concretizar o Plano Estratégico e até que ponto o Plano Estratégico continua válido ou deveria ser revisto. Relativamente às atividades das UOEI, bem como das entidades que interagem com a UMinho, seria também importante que o mesmo esforço fosse feito, dado que, nomeadamente, as UOEI também têm Planos Estratégicos e seria interessante indicar como as atividades de 2016 contribuíram para a execução dos mesmos.

Alguns comentários mais específicos:

- A Universidade perdeu cerca de 550 alunos em cursos conferentes de grau (Figura 4, p. 15), o que vai no sentido inverso ao disposto no Plano Estratégico da UMinho;
- Na interação com a sociedade (p. 37 e ss) regista-se uma invisibilidade das Ciências Sociais e Humanas, aspeto que a Comissão entende dever ser corrigido em futuros Relatórios.
- Relativamente à atividade cultural da UMinho (pgs. 41-42), a Comissão regista a ausência de atividades culturais nos *campi*, que se pode traduzir num menor envolvimento dos alunos nessas atividades.
- O total de respostas ao inquérito relativo às perceções sobre o ensino e a aprendizagem é apenas dez vezes superior ao número de UCs abrangidas (p. 43). Uma média de 10 respostas por UC é manifestamente insuficiente, colocando em causa a representatividade dos resultados e a utilidade dos inquéritos. Valeria a pena reequacionar os modos e momentos de preenchimento dos inquéritos, que poderiam envolver, designadamente, o preenchimento online em sala de aula, retirando o atual



caráter coercivo-punitivo de preenchimento dos inquéritos aplicado no ano letivo 2016/17. A restrição do acesso dos alunos ao Portal Académico por efeito do não preenchimento dos inquéritos, não se afigura, a esta Comissão, a forma mais correta de envolvimento dos alunos na avaliação das UC.

- Nas áreas de intervenção transversal (p.45), o Relatório evidencia a reduzida importância dada às mesmas. A requalificação do Campus de Gualtar continua insuficiente, sem possibilidade de usufruto dos chamados “espaços verdes” por parte dos alunos e professores.
- No que concerne à Inclusão dos alunos com deficiência (p.48), a Comissão chama a atenção para a necessidade de melhoria dos espaços da UMinho, quer a nível dos edifícios, quer a nível do mobiliário, quer a nível do espaço não edificado, dado não estarem adaptados a estes alunos, não possibilitando uma adequada mobilidade e acessibilidade. O Relatório não faz qualquer menção à melhoria dos diferentes espaços.
- Os investimentos em novos edifícios são importantes mas, também importante, é a manutenção e valorização dos edifícios existentes. As condições de trabalho no Verão estão claramente abaixo do desejável em alguns complexos pedagógicos e em algumas UOEI, onde o ar condicionado não funciona adequadamente ou é inexistente. O mobiliário do CPI necessita de ser substituído e o CPIII necessita de isolamento acústico dado as aulas serem audíveis entre salas contíguas.
- Mais do que tratar os dados do clipping realizado pela empresa contratada para o efeito, seria importante o Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem levar a cabo uma política mais ativa de promoção da UMinho e de divulgação da sua atividade.
- O docUM (p.54) continua a ser um sistema pesado e nada amigável, que gasta tempo e paciência dos docentes e funcionários que lidam com o mesmo. A Comissão considera que aquele deve ser agilizado e a assinatura digital necessita de mais tempo para a sua adequada implementação.
- O novo Portal Académico, embora com uma conceção mais apelativa, é menos intuitivo e funcional, tendo como consequência um dispêndio de tempo e energia comparativamente maiores por parte dos alunos.
- Relativamente aos recursos humanos (pp. 73-79), assinala-se a contração e o envelhecimento crescente do quadro de docentes (D), o que prejudicará a produtividade a breve trecho.
- Em termos percentuais, aumentou a discrepância entre mulheres e homens (docentes). Em 2014, as percentagens eram de 44% e 56% respetivamente, tendo passado para 43% e 57% em 2016.



A Comissão gostaria de saber se existe informação explicativa desta redução. Ainda a nível dos a das docentes, o Relatório necessita de uma análise mais fina, referindo (e problematizando) o número de mulheres e de homens relativamente à posição na carreira, cargos de direção e gestão, etc.

- Ao nível dos não docentes (ND), boa parte das UOEI e alguns serviços (de que destaca o GCII, o GAP e o GRI) têm claramente pessoal a menos, o que sobrecarrega desnecessariamente os docentes com trabalho administrativo. Os rácios de ND/D são baixos em todas as UOEI, exceto na Escola de Medicina, estando o rácio abaixo de 0,2 em cinco UOEI. Em que medida os concursos recentemente abertos melhoram estes rácios? Há alguma estimativa?
- As ações de formação destinadas aos docentes continuam claramente aquém do verificado no passado.
- Parte significativa da formação oferecida ao pessoal técnico e administrativo torna-se repetitiva e redundante e, nessa medida, ineficaz e desnecessária, em virtude de ter globalmente por destinatários, ano após ano, as mesmas pessoas. Justifica-se uma reflexão global e integrada do plano anual de formação, que deverá ser mais ambicioso nos seus objetivos, diversificado e flexível, e atender, na medida do possível, às necessidades específicas que possam existir nesta matéria, nos Serviços e nas UOEI.
- Relativamente aos Prémios e Distinções (p. 184 e ss), a Comissão notou a ausência do prémio atribuído a Lúcia Lima Rodrigues, da Escola de Economia e Gestão, a quem foi atribuído, em 2016, o Best Paper Award da AHR. A Comissão entende que o Relatório deverá incluir a totalidade dos docentes a quem foi atribuído Prémios, arranjando as estratégias adequadas para ter acesso à totalidade dos dados. A Comissão entende também que o Relatório deverá dar mais ênfase ao impacto social da UMinho no que diz respeito à cobertura realizada pela Comunicação Social.

A Comissão gostaria de obter informações adicionais sobre as seguintes matérias:

- A adoção de um quadro de referência institucional para o 3º ciclo de estudos.
- O reforço das estruturas de apoio aos alunos internacionais e esforços no sentido de aumentar a mobilidade dos estudantes.
- Por que não se registaram progressos ao nível da criação do Instituto de Investigação e Inovação Multidisciplinar?



- Afetação e gestão de recursos humanos com base em orçamentos globais das Unidades. O que foi feito em concreto? Há planos das UOEI que mais precisam de ajustar o seu quadro de pessoal?
- Em que medida os concursos recentemente abertos para Não Docentes melhoram os rácios ND/D das UOEI e dos serviços?
- Em que medida os concursos recentemente abertos para Não Docentes resolvem as situações existentes em parte significativa das UOEI e dos Serviços, de relações laborais com vínculos precários?

1.2 Prestação de Contas

Em 2016 mantêm-se os bons resultados registados em 2015 ao nível de alguns indicadores financeiros, com destaque para os resultados líquidos positivos e para o aumento do saldo de gerência. Apesar de a UMinho não visar o lucro, os resultados positivos são importantes para poder assegurar a sua sustentabilidade financeira a longo prazo, principalmente após alguns anos de resultados líquidos negativos. No entanto, os resultados líquidos deste ano ficaram a dever-se essencialmente à reversão de provisões de dívidas de propinas, o que não é repetível no próximo ano. Neste contexto, será importante criar ou reforçar nos próximos anos outras medidas/iniciativas que permitam manter os bons resultados acima referidos.

A Comissão entendeu destacar as contínuas melhorias que se estão a observar na prestação de contas. Deve destacar-se não só a melhoria na transparência, mas também na linguagem contabilística e no refinamento nos procedimentos contabilísticos. Ao nível da transparência, são de salientar as informações sobre provisões e passivos contingentes, a cobertura de riscos através de seguros, transferências e subsídios e mecenato.

A Comissão considerou que com o sistema contabilístico atual será difícil evoluir para uma análise mais segmentada das atividades de missão da UMinho. Por isso, continua a insistir na necessidade e no dever (é obrigatória por lei) de implementar a contabilidade analítica. Tal implementação tem avançado muito pouco ao longo dos anos, o que é preocupante. O único avanço visível é a realização do Orçamento Global, cuja atualização poderia ter sido apresentada juntamente com o Relatório de Contas.

Estando em curso a reformulação dos serviços administrativos e financeiros, com reforço das suas estruturas humana e informática de suporte, espera-se que esta reformulação possa contribuir de forma decisiva não só



para a implementação da contabilidade analítica como para uma mais fácil adoção do Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas (SNC-AP).

Alguns comentários e questões específicos(as):

- Valeria a pena referir que a redução das receitas no que diz respeito aos fundos provenientes do FEDER e do FSE (Tabela 31, p. 81) se deve ao facto de 2015 ter sido um ano de fecho de quadro de financiamento comunitário, pelo que a receita nestas rubricas foi consideravelmente mais elevada que em anos anteriores. Assim, a queda observada em 2016 face ao ano anterior deve-se ao facto de 2015 ter sido um ano atípico e não a 2016 ter sido um ano mau. Nesse sentido, valeria a pena referir os valores de 2014 no texto a seguir à Tabela 31.
- A queda de 4,3M€ nas Vendas e Prestação de Serviços e Transferências carece de melhor explicação.
- As Despesas com Pessoal representam, compreensivelmente, quase dois terços do total. Não sendo o orçamento de estado suficiente para as cobrir, os cada vez maiores encargos com o pessoal obrigam a um cada vez maior esforço de captação de receitas próprias. Esse esforço não afasta nem diminui, no entanto, a responsabilização do Estado em relação ao funcionamento e desenvolvimento do Ensino Superior Público e das Universidades, designadamente em sede de dotação anual do OE.
- Do aumento de cerca de 20M€, quanto corresponde a financiamento ainda a receber da União Europeia e quanto se deve à alteração do reconhecimento de dívidas dos alunos?
- Para além da evolução do orçamento da UMinho, valeria a pena incluir a evolução das receitas e das despesas no Anexo 7, pois isso permitiria comparar o ano corrente com mais anos passados, o que evitaria interpretações erradas das variações verificadas face a 2015 (que foi atípico quanto às receitas de projetos e às despesas de capital).
- Tendo-se verificado uma redução das despesas e uma redução das receitas, verifica-se uma alteração positiva devido à cobrança coerciva das propinas em atraso dos alunos, que se saldou numa receita extraordinária. Importa no entanto questionar em que medida esta cobrança coerciva teve em atenção a situação financeira dos alunos e respetivas famílias, salvaguardando as situações dos alunos financeiramente mais fragilizados.
- Na certificação legal das contas, consideradas corretas pelo Revisor Oficial de Contas, importa ter em atenção o que este refere na página 97: “o elevado número de transações, aliado à complexidade dos



sistemas de informação, representa um risco significativo de auditoria. Acresce ainda que a propina é integralmente devida (independentemente das condições de pagamento estipuladas) no ato da matrícula, sendo necessário ajustar o rédito ao período de relato da Universidade.” O que pretende fazer a UMinho no que concerne à “complexidade dos sistemas de informação” referida?

- O Relatório faz ainda referência (p.132) a imóveis da UM não contabilizados pela dificuldade de avaliação dos mesmos. A Comissão entende que a UMinho deverá fazer um esforço no sentido da sua avaliação, não só para os mesmos poderem passar a ser contabilizados, mas também para que possa proceder à sua cobertura em termos de seguro.
- A Comissão reforça, ainda, o que refere no ponto 1.2.: a necessidade e do dever de implementação da contabilidade analítica.

2. - Relatório de Atividades e Contas dos SASUM - 2016

A Comissão procedeu, ainda, à apreciação do Relatório de Atividades e Contas de 2016 dos Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM).

De salientar como muito positivo o posicionamento no 1º lugar, na categoria das Grandes Empresas do Setor Público e no top10 de Grandes Empresas, do “Índice de Excelência” publicado na revista *Human Resources Portugal*, e a renovação das certificações ISO, que são reveladores de uma boa gestão.

Ao nível da Prestação de Contas a Comissão sublinha os resultados líquidos positivos, embora menores que os registados em 2015, a melhoria de alguns rácios financeiros e de liquidez, e a redução do prazo médio de pagamento. Regista-se, no entanto, uma deterioração significativa dos resultados operacionais (de 26,8%), uma redução do *cash flow* (de 13,4%) e um ligeiro aumento no prazo médio de recebimentos.

Algumas questões específicas:

- Principais razões para taxa de cobertura abaixo de 100% em praticamente todos os restaurantes (Quadros 3.7 e 3.8, p. 62), quando há privados a praticar preços similares, nomeadamente no que diz respeito ao Restaurante Panorâmico, com uma taxa de cobertura de 90%, inserido no Complexo Alimentar de Gualtar;



- Relativamente à gestão dos bares, a comissão questiona as razões para a baixa taxa de cobertura do “Bar dos Professores” (31%).
- O baixo número de pedidos de apoio ao Fundo Social de Emergência em 2016/17 (Quadro 4.6, p. 80) deve-se só ao facto de os dados terem sido recolhidos até 17 de março, ou há mesmo uma queda assinalável? Causas?
- O valor da receita de 2015 indicado no início da página 128 não corresponde ao que consta no Quadro 6.1. Porquê?
- No que diz respeito à venda de senhas, conforme descrito na página 66 “em 2016, verificou-se um aumento no preço nas senhas “normais”, assim como nas senhas em pack comparativamente a 2014 e 2015”, sendo que, a “venda de senhas de prato simples” verificou “um aumento face ao ano anterior”. Nesse sentido, a Comissão questiona os Serviços de Acção Social sobre a evolução das vendas de senhas de prato simples e a possível razão para o aumento do consumo destas refeições, bem como a plausível relação do mesmo com o aumento do preço das senhas de cantina, verificado a partir do dia 1 de outubro de 2016.

De novo se constata o alto nível de cumprimento das normas de contabilidade e de *accountability*, e o nível avançado da gestão desta entidade pública do grupo UMinho, assim como uma elaboração particularmente interessante do Relatório de Autoavaliação.